



MUNICÍPIO DE IVOTI ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## ANEXO I-MINUTA DO CONTRATO

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O **MUNICÍPIO DE IVOTI/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida na Av. Presidente Lucena, 3527, na cidade de Ivoti/RS, com CNPJ nº 88.254.909/0001-17, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR JOSÉ LUDWIG**, ora denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, por outro lado a empresa ....., representada por , Sr. , sediada à , nº , em , inscrita no CNPJ/MF sob nº , Inscrição Estadual nº , de ora em diante denominada **CONTRATADA**, deliberam firmar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições, sujeitando-se às normas da Lei nº 14.133/2021, bem como ao Pregão Eletrônico nº 43/2026:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS E BASE LEGAL

Este contrato rege-se pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme edital nº 94/2026 – Pregão Eletrônico nº 43/2026.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de seguro total (com cobertura Compreensiva) e contra terceiros (com cobertura RCF), dos veículos e máquinas do Município de Ivoti, visando garantir proteção patrimonial, continuidade dos serviços, mitigação de riscos operacionais, conforme relação e termos da tabela anexa, parte integrante deste contrato.

**Parágrafo Único** - Os bens objeto da contratação pretendida possuem as seguintes coberturas mínimas:

- Cobertura Compreensiva (colisão, capotamento, incêndio, roubo e furto): indenização integral baseada em 100% (cem por cento) do valor do veículo na Tabela FIPE vigente na data do sinistro;
- Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V) - Danos Materiais a terceiros: Limite Máximo de Indenização (LMI) no valor de R\$ 250.000,00;
- Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V) - Danos Corporais a terceiros: Limite Máximo de Indenização (LMI) no valor de R\$ 100.000,00.
- Danos Morais a terceiros: Limite Máximo de Indenização (LMI) no valor de R\$20.000,00.
- Acidentes Pessoais de Passageiros (APP) e Responsabilidade Civil: Cobertura para todos os ocupantes do veículo, limitada à lotação máxima oficial constante no CRLV, com Limite Máximo de Indenização (LMI) de R\$150.000,00 por passageiro para morte e invalidez permanente, incluindo cobertura para Despesas Médico-Hospitalares (DMHO) e estendendo-se a danos ocorridos durante o embarque e desembarque.
- Cobertura Adicional para vidros, faróis, lanternas e retrovisores;
- Eventos da natureza (granizo, alagamento, chuva de granizo, etc.);



## MUNICÍPIO DE IVOTI ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- Assistência 24h (guincho, socorro mecânico e chaveiro, num raio mínimo 300 km do Município de Ivoti);
- Implemento acoplado ao maquinário/veículo (exemplos: roçadeira acoplada ao trator; cesto aéreo acoplado a caminhão).
- Franquia reduzida;

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR**

O CONTRATANTE pagará pelo objeto do presente Contrato, o valor total de R\$ .....(...) para o lote 1 e R\$ .....(..) para o Lote nº 2.

### **CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**4.1.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo da apólice/endorosso, pelo fiscal do contrato e a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apólice ou documento de cobrança equivalente regular. A apólice deverá ser emitida no prazo máximo de 15 dias após a assinatura do contrato.

**4.2.** O pagamento será efetuado através de depósito bancário de titularidade da Contratada.

**4.3.** As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

GABINETE DO PREFEITO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS

SECRETARIA DA SAÚDE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE TURISMO, DESPORTO E CULTURA

3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**4.4.** Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, deverá ser observado o disposto no art. 64, da Lei Federal nº 9.430/1996 e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la.

### **CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO**

**5.1.** Contratação de seguradora para fornecimento de apólices com vigência de 12 meses, com possibilidade de inclusão/exclusão de veículos.

**5.2.** Os veículos incorporados à frota municipal durante a vigência do contrato deverão possuir cobertura provisória automática pelo prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação formal à seguradora. Deste momento a seguradora terá 5 dias úteis para encaminhar ao município a cotação e o comprovante da cobertura provisória.

**5.3.** Em caso de exclusão ou substituição de veículo a contratada deverá realizar a devolução proporcional do prêmio num prazo máximo de 30 dias.

**5.4.** A vigência do seguro deverá ser a partir das 00 horas do dia 17 de julho de 2026, por um período de 1 ano, podendo ser renovado mediante justificativa da Secretaria gestora.

### **CLÁUSULA SEXTA: DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**



## MUNICÍPIO DE IVOTI ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

I - As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

II - A extinção do contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

b) Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse do CONTRATANTE.

**Parágrafo único** - No caso de rescisão do contrato, a **CONTRATADA** deverá ressarcir o município dos valores já pagos pelo seguro, sem a exclusão da responsabilidade de indenizar eventuais sinistros dos veículos segurados até a data da rescisão.

### **CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

#### **São obrigações do contratante:**

a) Comunicar à Contratada a ocorrência de quaisquer sinistros, durante a vigência do Contrato a ser firmado;

b) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato a ser firmado e efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;

c) Designar representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;

### **CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

#### **São obrigações da contratada**

a) A empresa Contratada deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro;

b) A vistoria porventura feita nos veículos correrá por conta da seguradora, sem ônus para o Município;

c) Para garantir a agilidade e a eficiência no atendimento, a contratada deverá disponibilizar canais de comunicação diretos, operando em dias úteis e horários comerciais (ou conforme escala acordada), incluindo correio eletrônico, atendimento telefônico e mensageria instantânea.

d) cumprir todas as exigências estabelecidas no Termo de Referência e planilha.

e) arcar com as despesas referentes ao objeto da presente Licitação, inclusive os tributos municipais, estaduais e federais incidentes sobre o mesmo;

### **CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES**

A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

I . Advertência, no caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

II Multa, no percentual compreendido entre 0,5% e 30% do valor do contrato, que poderá ser cumulada com a advertência, o impedimento ou a declaração de inidoneidade de licitar ou de contratar.

III. Impedimento de licitar e de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 3 (três) anos, nas seguintes hipóteses:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Município, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

b) Dar causa à inexecução total do contrato.

c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.



## MUNICÍPIO DE IVOTI ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

IV Declaração de inidoneidade de licitar e contratar com qualquer órgão público da Administração Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, nas seguintes situações:

a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

b) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

c). Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

V Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida.

b) As peculiaridades do caso concreto.

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

e) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE.

VI Na aplicação das sanções previstas nesta cláusula, será oportunizado à CONTRATADA defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da sua intimação.

VII A aplicação das sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada pelo CONTRATANTE composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O Gestor designa servidor para a fiscalização do contrato.

a) Dentre as responsabilidades do(s) fiscal ou fiscais, está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

b) Fica designado como Gestor do presente contrato, o Sr. Leandro Luis Scherer.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

**11.1** A CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente os termos da Lei Geral de Proteção de Dados, comprometendo-se a tratar os dados pessoais da CONTRATANTE de acordo com as finalidades estabelecidas e com os requisitos legais previstos na referida legislação.

**11.1.1** A coleta, armazenamento e utilização dos dados serão realizados apenas conforme necessidade ou obrigatoriedade para a execução dos serviços contratados. (art. 7º, LGPD).

**11.2** No exercício de suas atividades, a CONTRATADA compromete-se a respeitar os princípios fundamentais estabelecidos pela LGPD, tais como finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação, no tratamento dos dados pessoais da CONTRATANTE. (Art. 6º, LGPD).

**11.3** A CONTRATADA assegura a implementação de uma política interna de privacidade, visando garantir a confidencialidade e segurança dos dados pessoais da CONTRATANTE.



## MUNICÍPIO DE IVOTI ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**11.3.1** Tal política será estendida aos seus funcionários e prepostos, com o objetivo de resguardar a integridade e a privacidade dos dados tratados no âmbito do presente contrato. (art. 50, LGPD).

**11.4** A CONTRATADA compromete-se a armazenar os dados pessoais da CONTRATANTE apenas pelo tempo estritamente necessário para a realização dos serviços contratados, conforme estabelecido pela LGPD.

**11.4.1** Ao término da prestação dos serviços, os dados serão permanentemente eliminados, ressalvadas as hipóteses previstas no artigo 16, inciso I, da Lei Geral de Proteção de Dados. (art. 15, LGPD).

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

**12.** A cláusula de confidencialidade e sigilo estabelece as condições que o Operador deve observar no tratamento de dados pessoais dos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Ivoti, em conformidade com a LGPD.

**12.1** Para os fins deste, aplicam-se as definições constantes no art. 5º da LGPD, entre elas:

**12.1.1 Dado pessoal:** Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

**12.1.2. Tratamento:** Toda operação realizada com dados pessoais, como coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

**12.1.3 Controlador:** Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

**12.1.4 Operador:** Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

**12.1.5 Encarregado:** Pessoa indicada pelo controlador e pelo operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

**12.2** O Operador se obriga a:

**12.2.1** Tratar os dados pessoais dos servidores públicos apenas para os fins específicos e determinados estabelecidos pelo Controlador, em conformidade com o art. 7º e 8º da LGPD;

**12.2.2** Adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão, conforme o art. 6º, inciso VII, e o art. 46 da LGPD;

**12.2.3** Garantir que os dados pessoais dos servidores públicos sejam tratados de forma transparente, segura e confidencial, conforme os princípios da LGPD estabelecidos no art. 6º;

**12.2.4** Não compartilhar os dados pessoais dos servidores públicos com terceiros sem a prévia autorização por escrito do Controlador, exceto em casos de obrigação legal ou regulamentar;

**12.2.5** Comunicar ao Controlador, de forma imediata, qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos dados pessoais dos servidores públicos, conforme o art. 48 da LGPD;

**12.2.6** Eliminar ou devolver ao Controlador todos os dados pessoais tratados em nome deste ao término da prestação dos serviços, salvo se houver obrigação legal ou regulamentar de retenção, conforme o art. 15 e 16 da LGPD.



## MUNICÍPIO DE IVOTI ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**12.3** O Operador deverá indicar um encarregado pelo tratamento de dados pessoais, conforme o art. 41 da LGPD, informando o nome e os dados de contato ao Controlador.

**12.3.1** O encarregado será responsável por:

**12.3.1.1** Receber as comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e adotar providências;

**12.3.1.2** Orientar os funcionários e os contratados do Operador a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;

**12.3.1.3** Executar as demais atribuições determinadas pelo Controlador ou estabelecidas em normas complementares.

**12.4** O Operador se compromete a manter sigilo absoluto, sobre todos os dados pessoais dos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Ivoti, não os divulgando, sob nenhuma forma, salvo mediante autorização expressa e por escrito do Controlador ou por força de obrigação legal conforme Art. 39, Inciso I,II (LGPD).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

As partes elegem o foro da Comarca de Ivoti para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente contrato.

Estando justos e contratados, firmam o presente instrumento.

Local e data.

**CONTRATANTE**

Prefeito(a) do Município de Ivoti

**CONTRATADA**

Representante legal

**GESTOR(A) DO CONTRATO**

Normalmente o titular da Secretaria correspondente

**FISCALIZADOR(A) DO CONTRATO**

Aqueles nomeados para executar a fiscalização

Ciente e de acordo: Tomas Baumgarten Rost

Procurador- OAB/RS 59.666